

## **AUTÓGRAFO Nº 44/2019**

“Altera a Lei Complementar nº. 187, de 13 de junho de 2018, para conceder a isenção da cobrança da CIP nas condições que especifica e dá outras providências.”

Faço saber que a Câmara Municipal de Andradadas aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1.º** A Lei Complementar n.º 187, de 13 de junho de 2018, que *“institui e dispõe sobre a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública, prevista no art. 149-A da Constituição Federal, e dá outras providências”*, passa a vigorar com as seguintes alterações em seus dispositivos:

**“Art. 2º.** *A CIP tem como fato gerador a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelo Município Andradadas em sua área urbana e de expansão urbana, diretamente ou mediante delegação. (NR)*

**Parágrafo Único.** *Consideram-se urbanas as áreas urbanizadas dentro do perímetro urbano da sede e dos distritos, bem como aquelas inseridas nas áreas de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelo Município, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio.”*

**“Art. 3º.** *O sujeito passivo da CIP é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, da unidade imobiliária, edificada ou não, situada na área urbana e de*

*expansão urbana do Município, assim como os proprietários de imóveis inseridos nos condomínios verdes instalados nos termos da Lei n.º 1745, de 06 de junho de 2016. (NR)*

*§1º. A arrecadação da CIP relativa aos imóveis não edificadas e localizados na área urbana ou em área de expansão urbana e sem ligação regular de energia elétrica, será realizada juntamente com o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou por outro meio previsto em decreto do Poder Executivo. (NR)*

*(...) ”*

*“Art. 4º. (...)*

*§1º. Sobre os lotes de terreno de que cuida o § 1º do artigo 3º, deverá ser adotado o percentual de 42 % (quarenta e dois por cento), ao ano, incidente sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública vigente em 1.º de janeiro de cada ano.*

*§2º. Ficam isentos da referida contribuição:*

*I - os imóveis situados na área rural do Município de Andradas;*

*II - o proprietário de um único lote de terreno em loteamento popular, no território nacional, com renda familiar inferior a um salário mínimo.*

*§ 3º. Os contribuintes que se enquadrarem no disposto no inciso II do § 2º, deverão protocolizar o pedido de isenção quando do lançamento do IPTU;*

*§4º A isenção de que trata o § 2º produzirá efeitos a partir de 31 de dezembro de 2019.”*

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam – se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Andradas, vinte e cinco de setembro de 2019.

***Marcio Donizeti Teodoro***  
***Presidente da Mesa***

***Leila Cristina Candido da Silva***  
***Secretária***